

# A ALFABETIZAÇÃO NA NOVA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Letícia Valéria Bazani<sup>1</sup>

Professor Drº Gilmar Alves Montagnoli<sup>2</sup>

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com foco ao processo de alfabetização. A análise parte do entendimento de que a aprendizagem e o desenvolvimento humano estão inter-relacionados, ressaltando o papel do conhecimento científico à função social da escola. Trata-se de uma análise documental de cunho qualitativo, realizada com base na teoria Histórico-Cultural. Ainda em fase de elaboração, a BNCC (2017), um documento normativo acerca das etapas básicas de ensino, tem provocado muitas dúvidas sobre os encaminhamentos da educação brasileira, especialmente no que se refere à alfabetização. Sendo assim, além da apresentação do documento, o trabalho discute determinada compreensão de educação, o que permite refletir sobre o que está sendo proposto na BNCC (2017). Conclui-se que ainda há muitas incertezas em torno da questão, mas que o documento parece mais comprometido com determinada lógica da sociedade capitalista do que com a formação humana, objetivo da educação.

**Palavras-chave:** Alfabetização; BNCC; Teoria Histórico-Cultural.

## ABSTRACT

This study aims to analyze the National Curricular Common Base (BNCC), focusing on the literacy process. The analysis starts from the understanding of learning and human development are interrelated, highlighting the role of scientific knowledge in the social function of the school. This is a documentar analysis of a qualitative nature, based on the Historical-Cultural theory. Still in the process of elaboration, the BNCC, a normative document about the basic stages of teaching, has caused many doubts about the referrals of brazilian education, especially eith regard to literacy. Thus, besides the presentation of the document, the paper, discusses e certain understanding of education, which allows to reflect on what is being proposed in the BNCC. Is is concluded that there are still many uncertainties surrounding the issue, but that the document seems more committed to a certain logico of capitalist society than to human education, the goal of education.

**Keywords:** Literacy. BNCC. Historical-Cultural Theory.

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso 2017. E-mail: [leticiazbazani@gmail.com](mailto:leticiazbazani@gmail.com)

<sup>2</sup> Possui graduação em História e Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá, Mestrado e Doutorado em Educação pela mesma Universidade. Atualmente é professor do Departamento de Teoria e Prática da Educação (DTP). E-mail: [gmontagnoli@uem.br](mailto:gmontagnoli@uem.br)

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com foco ao processo de alfabetização. Trata-se de um documento normativo acerca das etapas básicas de ensino. A análise parte do entendimento de que a aprendizagem e o desenvolvimento estão inter-relacionados, ressaltando o papel do conhecimento científico à função social da escola. Dessa forma, estaria ela comprometida com a formação humana, tendo como foco o conhecimento científico e o desenvolvimento humano?

O estudo se justifica por se tratar de um documento ainda desconhecido dos estudiosos da Educação, causando algum estranhamento. Além disso, consideramos urgente pensar alfabetização, uma vez que ainda hoje são muitos os desafios que estão postos. Nossa experiência no Projeto Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) nos motivou pensar a questão.<sup>3</sup> O PIBID/Pedagogia (foco alfabetização) realiza estudos e reflexões que embasam o ensino da linguagem escrita. O Programa tem o intuito de promover ações pedagógicas para a apropriação significativa da escrita, principalmente em alunos que possuem maiores lacunas em sua aprendizagem.

Integrante do PIBID desde o ano de 2014, pude acompanhar durante os quatro anos da graduação (uma vez na semana) as turmas do segundo ano do Ensino Fundamental, em uma escola pública do município de Maringá. A cada ano, era uma nova turma que trazia consigo novas dificuldades, possibilitando novas reflexões.

Durante esse percurso, pude observar as maiores dificuldades que os alunos enfrentavam no processo de alfabetização. Dentre as análises realizadas, pude perceber que um dos maiores obstáculos encontrados pelos educandos são com intermediários, alguns com problemas de dicção (realizando até mesmo acompanhamento com fonoaudiólogo) e consciência fonológica, entre o som e a escrita das palavras. Além dessas dificuldades, tínhamos alunos com alguma deficiência intelectual, como déficit de atenção e autismo, situações mais recorrentes.

---

<sup>3</sup> O PIBID é um projeto voltado para as instituições federais e estaduais, que tem como objetivo o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica, além de contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes.

Também chamou a atenção a questão familiar e social do contexto dos alunos. Aquelas crianças que possuíam pais presentes e que auxiliam em casa nas tarefas conseguem compreender melhor o conteúdo que está sendo ensinado e ter um bom desenvolvimento. Por outro lado, aqueles que os pais não são tão presentes, as crianças acabam possuindo uma lacuna maior em seu aprendizado.

No que diz respeito à parte pedagógica, notamos que os professores encontravam dificuldades na própria resistência dos alunos, não querendo muitas vezes fazer as atividades (tanto em classe quanto a tarefa de casa). Também era comum a recusa por ajuda e a não participação no contraturno, como deveria, além da resistência dos próprios pais a ajudar e incentivar o filho.

As experiências relatadas possibilitam considerar que as dificuldades de alfabetização vão muito além do que se aparenta em uma sala de aula. Toda criança carrega para dentro do seu local de estudo as dificuldades vivenciadas lá fora, em seu contexto social. Qualquer aborrecimento, dificuldade que ela passe na vida, irá influenciar em seu aprendizado e desenvolvimento. Assim como também só irá se desenvolver em meio as relações humanas.

De qualquer maneira, as práticas de alfabetização merecem atenção. Sabemos que muitas das situações apresentadas derivam das dificuldades oriundas do processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, chama a atenção a proposta da BNCC (2017), especialmente para a alfabetização. Uma delas é que o processo esteja concluído até o término do segundo ano do Ensino Fundamental.

Para tanto, a realização desse trabalho ocorre mediante análise documental de cunho qualitativo, por essa desvelar aspectos de uma nova discussão que vem surgindo no âmbito da alfabetização. Para complementar os conhecimentos, utilizamos de artigos científicos, livros e análise do documento em questão, especificamente na parte de língua portuguesa, escrita e leitura dos anos iniciais do Ensino Fundamental que contemplam a alfabetização.

Com base no questionamento, o artigo está assim organizado: inicialmente, descreve como está estruturada a Base Nacional Comum Curricular, discussão seguida de considerações a respeito da relação entre o desenvolvimento humano e o conhecimento científico. Por fim é realizada, na BNCC (2017), uma análise dos encaminhamentos que interferem no processo de alfabetização.

A pesquisa possibilita, além de compreender aspectos da organização BNCC (2017), refletir sobre encaminhamentos que são anunciados como novidade. É

preciso um olhar mais atento às mudanças propostas a fim de garantir à educação o cumprimento de sua função social. Muitas vezes, as propostas visam somente o atendimento às necessidades que não consideram a formação humana de modo integral. Acelerar o processo de alfabetização é uma medida a ser observada com atenção.

## **2 CARACTERIZAÇÃO DA FONTE: A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)**

Inicialmente, apresentaremos algumas características gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e informaremos elementos para sua leitura e compreensão. A BNCC (2017) é orientada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN), se propondo a um direcionamento da educação para uma formação integral e de forma democrática. Desde a Constituição Federal, de 1988, já era determinado que todos deveriam ter acesso à Educação e que é dever do Estado promover o incentivo no desenvolvimento da pessoa, orientando desde então uma Base Nacional Comum Curricular para fixação de conteúdos.

De acordo com a BNCC (2017), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96 (LDB) já estabelece essa orientação:

[...] deixa claro dois conceitos decisivos para todo o desenvolvimento da questão curricular no Brasil. O primeiro, já antecipado pela Constituição, estabelece a relação entre o que é básico-comum e o que é diverso em matéria curricular: as competências e diretrizes são comuns, os currículos são diversos. O segundo se refere ao foco do currículo (BRASIL, 2017, p.9).

A primeira versão da BNCC foi disponibilizada entre outubro de 2015 e março de 2016, e de lá para cá vem sofrendo algumas modificações. A versão mais atual (terceira versão) está organizada em etapas. A primeira etapa é sobre a Educação Infantil, que está subdividida da seguinte forma: uma breve contextualização da Educação Infantil na BNCC (2017), os campos de experiências, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento e a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. No que se refere ao Ensino Fundamental, ela aborda o Ensino Fundamental I - anos iniciais, e o Ensino Fundamental II - anos finais, especificando as matérias que complementam o currículo de cada um e suas competências. As

matérias são: língua escrita, língua portuguesa, arte, educação física, língua inglesa, matemática, ciências da natureza, geografia e história.

De acordo com o documento, a língua escrita e língua portuguesa fazem com que o homem se desenvolva socialmente por meio do ato comunicativo.

Se a linguagem é comunicação, pressupõe interação entre as pessoas que participam do ato comunicativo com e pela linguagem. Cada ato de linguagem não é uma criação em si, mas está inscrito em um sistema semiótico<sup>4</sup> de sentidos múltiplos e, ao mesmo tempo, em um processo discursivo. (BRASIL, 2017, p.59).

Portanto, o homem passa a ser mediado pela própria linguagem, tendo condições de, com ela, se comunicar consigo mesmo e com os outros. A escolarização, com base nesse pressuposto significa “ser-pensar-fazer”, ou seja, se tiver domínio das estruturas linguísticas e saber decodificá-las, o aluno a reconhecerá em qualquer tipo de linguagem, podendo assim melhor manipulá-los. Cada tipo de linguagem específica propicia a ele a compreensão de diversos conhecimentos, aos quais não teria acesso de outra forma, a não ser pelos produtos culturais que estruturam as relações humanas.

Os fundamentos descritos na introdução da Base Nacional Comum Curricular explicitam as competências a serem desenvolvidas pelos alunos ao longo de sua escolaridade. A estrutura da BNCC (2017), detalha os elementos que compõem as etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, esclarecendo a organização de cada aprendizagem nas etapas citadas.

Conforme o documento, os alunos devem desenvolver dez competências<sup>5</sup> como resultado de sua aprendizagem. No que se refere à Educação Infantil, temos a seguinte organização: “seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento”, que são: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Em seguida, temos os “campos e experiências”, que são cinco: o eu, o outro e nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; oralidade e escrita; espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Por último, seguem os “objetivos de

---

<sup>4</sup> Sistema Semiótico: estuda a significação dos textos que se manifestam em qualquer forma de expressão, pode-se falar de formas de linguagem: verbal (fala e escrita), não verbal (visual, gestual, corporal, musical) e multimodal (integração de formas verbais e não verbais) através do uso de sinais e signos.

<sup>5</sup> É formada pelo conjunto de habilidade, atitude e conhecimento (é a capacidade de mobilizar conhecimentos, valores e decisões para agir de forma pertinente numa determinada situação).

aprendizagens e desenvolvimento”, que são divididos por faixa etária: até 1 ano e 6 meses; de 1 ano e 7 meses a 3 anos; e 11 meses e de 4 anos a 5 anos e 11 meses.

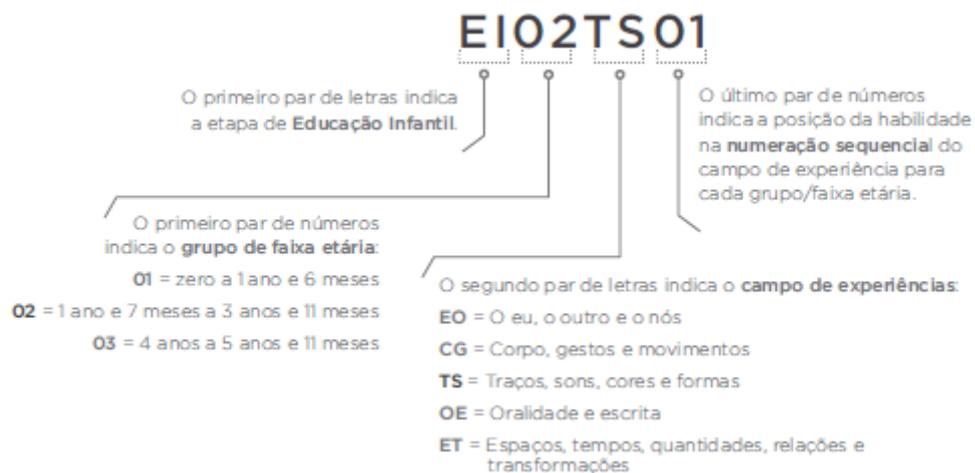
Assim, o quadro de cada campo de experiência se organiza em três colunas, com os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de acordo com suas faixas etárias, como mostra o exemplo a seguir:

### CAMPO DE EXPERIÊNCIAS “TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS”

| OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO  |  |   |
|--|--|---|
| Crianças de zero a 1 ano e 6 meses   | Crianças de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses  | Crianças de 4 anos a 5 anos e 11 meses  |
| <b>(EI01TS01)</b><br>Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. | <b>(EI02TS01)</b><br>Criar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais, para acompanhar diversos ritmos de música. | <b>(EI03TS01)</b><br>Utilizar sons produzidos por materiais, objetos e instrumentos musicais durante brincadeiras de faz de conta, encenações, criações musicais, festas. |

Fonte: Base Nacional Comum Curricular, 2017.

Como podemos observar no exemplo apresentado, cada objetivo é apresentado por um código alfanumérico, assim explicado:



Fonte: Base Nacional Comum Curricular, 2017.

O código utilizado no exemplo refere-se ao primeiro objetivo de aprendizagem e desenvolvimento proposto no campo de experiências, que é “traços, sons, cores e formas”.

No Ensino Fundamental, a BNCC (2017) está organizada em quatro áreas do conhecimento<sup>6</sup>: linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas. O entendimento expresso no documento é que essas áreas favorecem os saberes e conhecimentos dos alunos em diferentes componentes curriculares.

Dentro dessas áreas do conhecimento estão as chamadas competências específicas de área, “[...] cujo desenvolvimento deve ser promovido ao longo dos nove anos. Essas competências explicitam como as dez competências gerais se expressam nessas áreas.” (BRASIL, 2017, p.26). Em seguida, vêm os componentes curriculares, no qual se inserem as “competências específicas de componente”, que são aquelas áreas que possuem mais de um componente curricular, como as ciências humanas (história, geografia) e as linguagens (língua inglesa, língua portuguesa, educação física e arte).

As competências específicas possibilitam a articulação entre os anos iniciais do Ensino Fundamental e os anos finais, passando por todos os componentes curriculares.

Para garantir o desenvolvimento das competências específicas, cada componente curricular apresenta um conjunto de **habilidades**. Essas habilidades estão relacionadas a diferentes **objetos de conhecimento** – aqui entendidos como conteúdos, conceitos e processos –, que, por sua vez, são organizados em **unidades temáticas** (BRASIL, 2017, p.26, grifos no original).

Assim se organiza o Ensino Fundamental em suas duas etapas (anos iniciais e anos finais), contendo dentro dos anos as habilidades necessárias, objetos de conhecimento, seguido das unidades temáticas. Respeitando o modo de organização das unidades temáticas, definem-se os objetos de conhecimento adequando-se ao longo dos anos do Ensino Fundamental suas especificidades dos componentes curriculares. Cada uma das temáticas contemplam os objetos de

---

<sup>6</sup> A área de Ensino Religioso, que compôs a versão anterior da BNCC, foi excluída da terceira versão, em atenção ao disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A Lei determina, claramente, que o Ensino Religioso seja oferecido aos alunos do Ensino Fundamental nas escolas públicas em caráter optativo, cabendo aos sistemas de ensino a sua regulamentação e definição de conteúdos (Art. 33, § 1º). Portanto, sendo esse tratamento de competência dos Estados e Municípios, aos quais estão ligadas as escolas públicas de Ensino Fundamental, não cabe à União estabelecer base comum para a área, sob pena de interferir indevidamente em assuntos da alçada de outras esferas de governo da Federação.

conhecimento, assim como cada objeto de conhecimento se relacionam com as habilidades variáveis, como no exemplo a seguir.

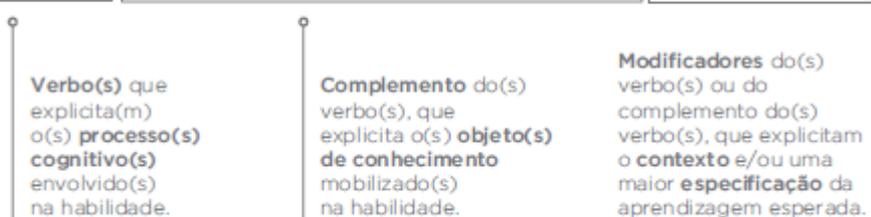
### CIÊNCIAS - 1º ANO

| UNIDADES TEMÁTICAS | OBJETOS DE CONHECIMENTO                | HABILIDADES   |
|--------------------|--|---|
| Vida e evolução    | Corpo humano<br>Respeito à diversidade | (EF01CI02) Localizar e nomear partes do corpo humano, representá-las por meio de desenhos e explicar oralmente suas funções.<br><br>(EF01CI03) Discutir as razões pelas quais os hábitos de higiene do corpo (lavar as mãos antes de comer, lavar os dentes, limpar olhos, nariz e orelhas etc.) são necessários para a manutenção da saúde.<br><br>(EF01CI04) Comparar características físicas entre os colegas, de modo a constatar a diversidade de características, reconhecendo a importância da valorização, do acolhimento e do respeito a essas diferenças. |

Fonte: Base Nacional Comum Curricular, 2017.

As unidades temáticas abordam o tema central a ser trabalhado e os objetos de conhecimento, os temas específicos que estão inseridos dentro do tema central. As habilidades são as aprendizagens que devem ser estabelecidas dentro do contexto escolar. Assim como na Educação Infantil, essas aprendizagens são descritas de acordo com uma determinada estrutura, como o exemplo de história:

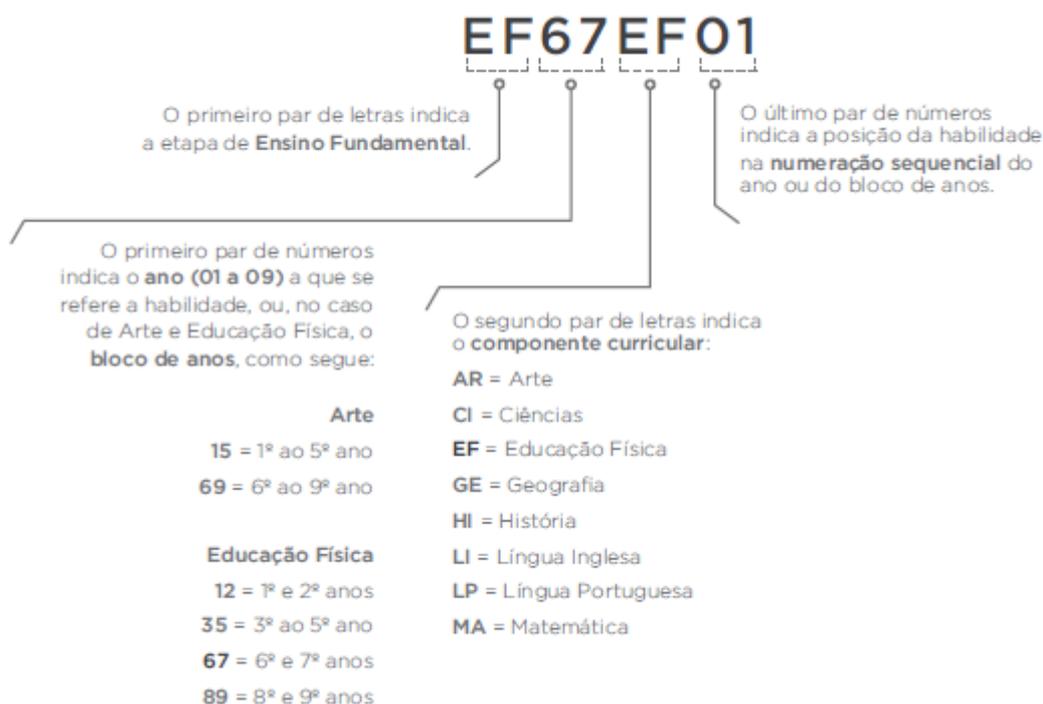
#### Diferenciar escravidão, servidão e trabalho livre no mundo antigo.



Fonte: Base Nacional Comum Curricular, 2017.

Os modificadores devem deixar claro a situação em que as habilidades serão desenvolvidas. As habilidades, por sua vez, não definem as ações do professor, nem induzem a opção por metodologias, pois essas escolhas estão no currículo e devem ser adequadas de acordo com cada sistema de ensino e instituição, levando sempre em consideração o contexto de seus alunos.

Assim como na Educação Infantil, há na etapa do Ensino Fundamental um código alfanumérico para apresentar os objetivos e as habilidades, como no exemplo a seguir:



Fonte: Base Nacional Comum Curricular, 2017.

De acordo com o exemplo, esse código alfanumérico refere-se à primeira habilidade proposta em educação física no bloco relativo ao 6º e 7º anos. Assim, o código EF04LP08 indica a oitava habilidade do 4º ano de língua portuguesa.

Dessa forma, vale ressaltar que a sequência numérica utilizada para identificação das habilidades de determinados anos ou blocos não correspondem a uma ordem das aprendizagens. Essas aprendizagens explícitas em cada ano ou bloco nos quadros comparativos podem estar relacionadas ao processo cognitivo, quanto aos objetos de conhecimento ou aos modificadores, que podem estar mais perto do contexto dos alunos, partindo assim de algo mais sucinto para algo mais complexo.

Portanto, a BNCC (2017) se propõe a um arranjo possível, não devendo ser tomado como modelo a ser seguido de modo rígido. Seguindo a lógica do próprio documento, é a precisão, a clareza e a explicitação do que os alunos devem

aprender na Educação Básica, sempre fornecendo orientações para a adequação de currículos de acordo com os diferentes contextos do país.

De qualquer modo, consideramos imprescindível que a finalidade do ensino seja o desenvolvimento humano. Além de compreender a BNCC (2017), somos movidos nesta pesquisa a pensar o comprometimento da nova proposta. Para tanto, convém agora explicitar nossa compreensão do desenvolvimento humano e sua relação com conhecimento científico para, na sequência, poder pensar a BNCC (2017).

### **3 O DESENVOLVIMENTO HUMANO E O CONHECIMENTO CIENTÍFICO**

Na discussão empreendida por Vigotski (2003), acerca da relação entre a aprendizagem e desenvolvimento humano, são apontadas três posições teóricas cuja compreensão é necessária à discussão discutida no trabalho. A primeira posição indica que “[...] os processos de desenvolvimento da criança são independentes do aprendizado. O aprendizado é considerado um processo puramente externo que não está envolvido ativamente no desenvolvimento” (VIGOTSKI, 2003, p.103). Compreende-se que processos como compreensão, dedução e interpretação na criança em idade escolar, ocorrem normalmente por conta própria, por si mesmos, sem influência do aprendizado escolar. Portanto, o desenvolvimento não consegue ser alterado pela aprendizagem. O desenvolvimento é visto como uma pré-condição do aprendizado, não como resultado dele.

A segunda posição teórica apontada pelo autor é “[...] a que postula que aprendizado é desenvolvimento” (VIGOTSKI, 2003, p.105). Nessa posição, o desenvolvimento é visto como reflexo, ou seja, não importa se considera leitura, escrita ou matemática, o processo de aprendizado é inseparável do desenvolvimento, ambos andam juntos e coincidem em todos os pontos.

A terceira e última posição é a relação entre o aprendizado e o desenvolvimento que “[...] tenta superar os extremos das outras duas, simplesmente combinando-as” (VIGOTSKI, 2003, p.106). Essa é a junção das posições anteriores, em que há dois processos diferentes, embora relacionados. Para Vigotski (2003), nenhuma dessas posições analisadas levam a uma visão adequada sobre

aprendizado e desenvolvimento, mas sim, que o aprendizado antecede o desenvolvimento pela Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP).

Segundo Vigotski (2003), a ZDP é constituída por dois tópicos: o primeiro, é a relação de modo geral sobre aprendizado e desenvolvimento, sendo o segundo a parte específica dessa relação a partir do momento em que a criança atinge a idade escolar. Nesse entendimento, o aprendizado da criança não começa na idade escolar, mas sim antes, pois, qualquer que seja o aprendizado que ela irá se deparar na escola, sempre terá uma prévia sobre determinado assunto. Por exemplo: quando a criança está aprendendo aritmética na escola, muito antes ela já teve experiências com quantidades, adição e subtração. Ainda assim, importante afirmar, o aprendizado da idade pré-escolar tem diferença nítida do aprendizado já na idade escolar, o qual está direcionado para uma assimilação do conhecimento científico. De qualquer modo, o aprendizado e o desenvolvimento estão inter-relacionados desde o início da vida da criança.

O autor considera que a criança, antes de ser inserida na escola, carrega consigo um aprendizado empírico. A partir do momento em que ela entra para a idade escolar, sendo assim para a escola, a criança passa a aprender conhecimentos científicos que a escola introduz, obtendo um novo tipo de aprendizado, algo fundamentalmente novo no desenvolvimento da criança.

Um fato bem conhecido segundo o autor, é que devemos combinar o aprendizado com algum nível do desenvolvimento da criança. Porém, mais recentemente descobrimos que não podemos nos atentar somente aos níveis de desenvolvimento, quando na verdade quer-se descobrir a verdadeira relação entre o processo de desenvolvimento e a capacidade do aprendizado. Para tal, obtém-se dois níveis de desenvolvimento.

O primeiro nível é chamado nível de desenvolvimento real, ou seja, o desenvolvimento mental da criança que se obtém a partir de ciclos de desenvolvimento já completos. Quando define-se a idade mental da criança por meio de testes, estamos nos referindo ao desenvolvimento real. Logo, a capacidade mental da criança é definida apenas por aquilo que ela consegue fazer sozinha. Porém, se o professor mostra indicativos para a criança de como se resolve determinados problemas ou se obtém ajuda de outros colegas, isso não é considerado um desenvolvimento mental. Utilizemos um exemplo apontado pelo autor. Concebamos que realize uma pesquisa com duas crianças de idade

cronológica de 12 anos e idade mental de 9 anos. Isso significa que ambas as crianças podem lidar com problemas que possuem grau de dificuldade para o nível de nove anos de idade. Dessa forma, imaginemos que uma criança fica doente por três meses e a outra nunca tenha faltado na escola. Ao propor atividades com assistência, observamos que a idade mental da criança muda, ou seja, é evidente as circunstâncias de que a primeira criança pode lidar com tarefas de até 9 anos de idade e a segunda até 12 anos de idade. Portanto, o nível mental de cada uma oscila de acordo com as circunstâncias vividas por elas. Essa diferença entre as idades mentais, é chamada de zona de desenvolvimento proximal.

A zona de desenvolvimento proximal é a distância ente o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes (VIGOTSKI, 2003, p.112).

Se perguntarmos o que seria o nível de desenvolvimento real, com certeza a resposta seria que se trata das funções superiores que já amadureceram na criança, ou seja, o processo de desenvolvimento já finalizado. O desenvolvimento real caracteriza o desenvolvimento mental retrospectivamente. Já a zona de desenvolvimento proximal, portanto, define as funções que ainda estão em processo de maturação, que amadurecerão prospectivamente, o que caracteriza o desenvolvimento mental da mesma. Dessa forma, o desenvolvimento mental da criança só pode ser decidido se forem marcados os seus dois níveis: o desenvolvimento real e a zona de desenvolvimento proximal.

Segundo Vigotski (2003), a zona de desenvolvimento proximal, hoje, será o nível de desenvolvimento real amanhã, ou seja, aquilo que a criança consegue fazer hoje com mediação do professor ou ajuda dos colegas, ela conseguirá realizar sozinha amanhã. Uma compreensão do conceito de zona de desenvolvimento proximal deve levar uma nova avaliação no papel da imitação no aprendizado. Um princípio indiscutível da psicologia é que só é considerado nível de desenvolvimento mental quando a criança consegue realizar suas atividades de modo independente, ou seja, sozinha, e não por meio da imitação.

Ao avaliar-se o desenvolvimento mental, consideram-se somente aquelas soluções de problemas que as crianças conseguem realizar sem assistência de outros, sem demonstração e sem fornecimento de pistas. Pensa-se na imitação do aprendizado como processos puramente mecânicos (VIGOTSKI, 2003, p.114).

No entanto, de acordo com Vigotski (2003), psicólogos vêm mostrando que uma pessoa só consegue realizar aquilo que está em seu nível de desenvolvimento. Por exemplo, se uma criança tem dificuldade com problemas de aritmética e o professor resolve explicar no quadro, a criança pode captar a ideia mais rápido e conseguir achar a solução. Mas, se ele resolver de forma mais complexa, com uma matemática mais avançada, a criança não conseguirá compreender, mesmo que ele explique várias vezes.

Ao pensar no aprendizado, fica claro que ele não se dirige para um novo estágio do processo de desenvolvimento, ao invés disso, vai a reboque do processo. Portanto, a zona de desenvolvimento proximal nos remete a uma nova fórmula de que o aprendizado é somente aquele que se adianta ao desenvolvimento. Em suma, os processos de desenvolvimento não coincidem com os processos de aprendizado, ou seja, o processo de desenvolvimento prosseguem de forma mais lenta que o aprendizado. Os dois, nunca são realizados em paralelo. Dessa forma, cada assunto escolar é tratado de acordo com o desenvolvimento específico de cada criança, que varia conforme o educando vai avançando de um estágio para o outro.

Todavia, para Vigotski (2007), a convivência social é de extrema importância no desenvolvimento humano, dando suporte ao desenvolvimento mental, transformando o homem em ser social e não mais biológico. Com isso, as funções psicológicas superiores se constroem ao longo da história, distinguindo o homem dos animais por meio dos instrumentos, símbolos e signos desenvolvidos.

Embora o uso de instrumentos pela criança durante o período pré-verbal seja comparável àqueles dos macacos antropóides, assim que a fala e o uso de signos são incorporados a qualquer ação, esta se transforma e se organiza ao longo de linhas inteiramente novas. Realiza-se, assim, o uso de instrumentos, mais limitado, pelos animais superiores (VIGOTSKI, 2007, p.12).

Antes de a criança começar a controlar seu comportamento, ela começa a controlar o ambiente em que está inserida com a ajuda da fala, o que produz uma

nova organização do próprio comportamento, isto é, a capacitação da linguagem habilita a criança a utilizar instrumentos para resolver situações difíceis, planejando soluções e controlando seu comportamento.

De acordo com Coelho (2011), a criança vai começar a desenvolver sua escrita, a produzi-la, pela presença de outras pessoas e assim, despertar a necessidade de escrever e de ler o que os outros também produziram, por meio de um código escrito. Para a autora, a compreensão do Sistema de Escrita Alfabética (SEA) se dá a partir da compreensão da língua falada, que é de suma importância para o desenvolvimento da escrita na criança, sendo um elo mediador entre ambas. A criança aprende por meio do sistema simbólico, influências culturais e internalização, o que evidencia o ser humano no reino animal.

[...] o processo de internalização, a que a criança está sujeita no desenvolvimento das funções psicológicas superiores, envolve uma mediação socialmente partilhada de instrumentos e processos de significação os quais mediarão as operações abstratas do pensamento. Conforme esses processos são internalizados, ocorrendo sem ajuda externa, a atividade mediada internaliza-se, surgindo assim a atividade voluntária (COELHO, 2011, p.60).

A partir do momento em que a criança internaliza a escrita, passa-se a ensinar alguns códigos externos, como acentuação, parágrafo, espaço entre as palavras, entre outros. Sabemos então que a criança aprende por meio das relações sociais e da sua participação no meio coletivo, de forma que aquilo tenha sentido e significado para ela. É por meio da relação sujeito/sujeito/objeto que a criança vai desenvolver seu conhecimento.

Assim como o trabalho, a linguagem é o meio mais importante para o desenvolvimento da aprendizagem e da consciência. É através da linguagem que o homem transmite informações para os demais, ou seja, passa do mundo sensorial para o racional, de modo coletivo ele aprende e se desenvolve.

Nesse sentido, Sforzi e Galuch (2006) afirmam que a escola é o espaço propício para a transmissão da cultura produzida historicamente e para a formação científica. No contexto escolar, a linguagem se expressa também nos conteúdos das várias ciências, como as já citadas anteriormente e desenvolvem suas potencialidades formativas mentais a partir desses conhecimentos científicos.

Segundo as autoras, “[...] ao ingressar na escola o aluno possui um saber espontâneo, adquirido nas experiências vividas em diferentes situações e espaços sociais.” O aluno chega à escola com um conhecimento empírico, já pronto e acabado. O papel da escola nesse momento é trabalhar com as diferentes formas de pensar, além do conhecimento científico, desenvolvendo no aluno a criticidade, podendo pensar e analisar determinados assuntos, de forma consciente. Mas, para se desenvolver esse conhecimento nos alunos, devemos partir do pensamento reflexivo da criança para o conceitual, mais complexo e não fazer perguntas que se limitam apenas ao reflexivo, pois assim além de não levar o aluno ao desenvolvimento científico, acaba também anulando a mediação do professor.

[...] os conceitos cotidianos “crescem” com conceitos científicos, pois estes oferecem estruturas para o desenvolvimento ascendente dos conceitos espontâneos em relação à consciência e ao seu uso deliberado (VIGOTSKI apud SFORNI e GALUCH, 2006, p.155).

A ideia de apresentar os conteúdos de forma espontânea, parte do princípio da qual a aprendizagem se desenvolve por meio informal. Para se obter os conceitos científicos, parte-se do mesmo caminho dos conceitos espontâneos. É necessário desenvolver nos alunos uma postura científica, de modo que tenham condições de pensar e agir em busca de conhecimento, entendendo suas atitudes. Aí está implicado o desenvolvimento das capacidades cognitivas do aluno.

No entanto, sabemos que há dificuldades diversas no processo de ensino-aprendizagem. Especialmente acerca da alfabetização, foco da pesquisa, os desafios se impõem. Na sequência, analisaremos a alfabetização na BNCC com base na referencial teórico discutido.

#### **4 A ALFABETIZAÇÃO NA NOVA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: O QUE É POSSÍVEL ANALISAR ATÉ AQUI**

Na BNCC (2017), a alfabetização é apresentada como uma questão importante. O documento manifesta atenção na transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, visando a integração e continuidade nos processos de aprendizagem dos educandos, respeitando as especificidades de cada etapa. Torna-

se indispensável determinar estratégias de adaptação, para que se construa, com base naquilo que a criança já sabe e é capaz de fazer, dando seguimento ao seu percurso educativo.

O Ensino Fundamental, etapa mais longa da Educação Básica, é a fase em que os alunos passam por várias transformações, que estão ligadas a mudanças físicas, cognitivas, sociais, entre outras. A BNCC (2017) expressa valorização pelas situações de aprendizagens lúdicas e indica a necessidade de articular as experiências vividas na Educação Infantil.

Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos (BRASIL, 2017, p.53-54).

Conforme a BNCC (2017), nesse período as crianças estão vivendo grandes mudanças que repercutem em suas vidas pessoais e com os outros. Quanto maior for sua desenvoltura e autonomia nos movimentos, maior será sua ampliação no espaço. A relação com vários tipos de linguagens permite ao aluno a participação no mundo letrado e novas construções de aprendizagens.

Ampliam-se, também, a percepção, compreensão, representação, além das experiências que auxiliam no desenvolvimento da oralidade, que são elementos importantes para a apropriação do sistema de escrita alfabética (SEA) e letramento). Os alunos se deparam com diversas formas de representação do tempo e do espaço, várias situações que envolvem o conhecimento científico, reforçando suas descobertas.

Segundo a BNCC (2017), as experiências que o aluno traz consigo do ambiente familiar, cultural e social, o contato com as tecnologias, memórias, estimulam sua curiosidade e assim, novas perguntas. Isso faz com que o aluno comece a ampliar sua compreensão de si mesmo e do mundo social, das relações humanas no qual ele está inserido. As características dessa faixa etária demandam um trabalho escolar de acordo com os interesses apresentados pelos alunos, de suas vivências, para que a partir dessas vivências possa aumentar sua compreensão.

De acordo com a nova BNCC (2017, p. 55) “[...] nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização”, a fim de oferecer amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética, associando as práticas diversas de letramento. Ao compreender o conhecimento de mundo por meio de novos olhares, surgem as oportunidades para a criança de aperfeiçoar a leitura e a escrita de modo mais relevante.

Ao longo do Ensino Fundamental - anos iniciais, o conhecimento ocorre por meio das aprendizagens anteriores e pelas que ainda virão, ampliando a prática e a experiência. Nesse momento, de acordo com a Base, “Ampliam-se a autonomia intelectual, a compreensão de normas e os interesses pela vida social” (BRASIL, 2017, p.55).

A linguagem nesse movimento, é central. A interação entre as pessoas deve estar presente no ato educativo.

Se a linguagem é comunicação, pressupõe interação entre as pessoas que participam do ato comunicativo com e pela linguagem. Cada ato de linguagem não é uma criação em si, mas está inscrito em um sistema semiótico de sentidos múltiplos e, ao mesmo tempo, em um processo discursivo. (BRASIL, 2017, p.59)

Com o resultado dessas relações, admite-se que é pela linguagem que o homem se torna sujeito social, que é por ela e com ela que o homem interage consigo mesmo e com os outros. Segundo a BNCC (2017), o homem é um ser mediado socialmente pela linguagem. Os conhecimentos humanos são sempre construídos por diversas formas de linguagem, na qual se dá a partir da interação do homem com outros homens, de forma coletiva.

Para a BNCC (2017), cada atividade de linguagem propicia dimensões de conhecimento que o sujeito não alcançaria de outro modo. Interagir com outros tipos de linguagens, seja por meio de outras línguas, culturas, artísticas, práticas, nos levam a desenvolver o nosso conhecimento e perceber o mundo e a si mesmo. A linguagem com o tempo, acaba se tornando objeto de estudo dos próprios alunos, já que a mesma é objeto de reflexão e análise.

Nos anos iniciais das crianças, a BNCC (2017) nos mostra que é preciso se atentar ao desenvolvimento da capacidade de representação, essencial para a compreensão do sistema de escrita alfabética. As interações já vivenciadas pelas

crianças como oralidade, espaço, tempo, entre outros, permitem com maior facilidade a compreensão das práticas de ler, escrever, ouvir, expressar-se em diferentes contextos, ampliando sempre seu vocabulário linguístico. Portanto, durante os primeiros anos, a apropriação do sistema alfabético ocupa um espaço de destaque, sendo que as demais linguagens obtêm um novo significado pela alfabetização. As linguagens utilizadas na Educação Infantil, como campo de experiência, passa a ser agora objeto de conhecimento escolar.

No Ensino Fundamental – anos iniciais, se dá prosseguimento com a língua oral e escrita, desenvolvidas na Educação Infantil. A BNCC (2017) preserva a continuidade entre o desenvolvimento e a aprendizagem entre as duas etapas da Educação Básica. Dessa forma, o Ensino Fundamental nos anos iniciais é composto por cinco eixos, que são: oralidade, conhecimentos linguísticos e gramaticais, leitura, escrita e educação literária.

[...] no eixo Oralidade, aprofundam-se o conhecimento e o uso da língua oral, as características de interações discursivas e as estratégias de fala e escuta em intercâmbios orais; no eixo Conhecimentos linguísticos e gramaticais, sistematiza-se a alfabetização, particularmente nos dois primeiros anos, e desenvolvem-se, ao longo dos três anos seguintes, a observação das regularidades da língua e a aprendizagem de regras e processos gramaticais básicos; no eixo Leitura, amplia-se o letramento, por meio da progressiva incorporação de estratégias de leitura em textos de nível de complexidade crescente, assim como no eixo Escrita, pela progressiva incorporação de estratégias de produção de textos de diferentes gêneros textuais; no eixo Educação literária, desenvolve-se a formação do aluno para conhecer e apreciar textos literários, orais e escritos, com textos e livros de crescente grau de literariedade. (BRASIL, 2017, p.67).

A alfabetização requer alguns pontos essenciais sobre seu processo, para melhor compreendê-lo. Ou seja, escrever requer certas habilidades cognitivas e motoras. De acordo com a BNCC (2017) é essencial que o aluno diferencie as formas de escrita de outras formas gráficas, que tenha noção das convenções, que se escreve de cima para baixo e da esquerda para direita, por exemplo. Outra compreensão necessária é das diferenças entre fala e escrita, além da importância de se conhecer o alfabeto para reconhecimento das letras, suas formas gráficas e sons.

De maneira geral, o documento parece conter tal compreensão. Percebemos que a alfabetização e o letramento estão relacionados e que um é condição para o

outro. Também parece valorizar as hipóteses realizadas pelas crianças sobre a língua escrita, condição essencial para seu aprendizado.

Para Sforzi (2016), a apropriação da linguagem escrita é ainda um dos problemas a serem resolvidos, pois, a partir do momento em que o aluno consegue alcançar a escrita alfabética, espera-se que o mesmo possua domínio da relação letra-som e da produção textual, desenvolvendo uma certa autonomia. Porém, sabemos que existem alunos que possuem maior dificuldade em se apropriar do processo de alfabetização. Caso o educando não consiga adquirir essa autonomia para ler e escrever, dificulta sua aprendizagem em outras áreas de conhecimento.

Segundo a autora, a forma como o ensino vem sendo organizado dificulta ainda mais a apropriação do sistema alfabético, o que acaba contribuindo para altos índices de fracasso escolar. A partir da década de 1990, quando o letramento passou a fazer parte do cotidiano escolar, a alfabetização foi deixada um pouco de lado, dando prioridade em grande parte ao letramento, ou seja, deixou-se um pouco de lado o trabalho com a relação letra-som e suas convenções e priorizou os conteúdos com diferentes gêneros textuais.

A autora defende que é “[...] necessário inserir as crianças em um ambiente letrado para que elas vejam sentido na escrita e compreendam a linguagem escrita em sua função social” (SFORZI, 2016, p.9), assim, o ensino não se torna puramente mecânico e a criança vai criando sua autonomia para lidar com várias situações cotidianas. A alfabetização só tem sentido a partir do momento em que seu ensino passa a ter uma intencionalidade, que envolve o aluno na essência da linguagem escrita. Dessa forma, quando a criança abstrai o sistema de escrita alfabética, o educando consegue chegar a generalização de determinados grafemas na escrita.

Portanto, a autora observa o ensino fundamental em seus primeiros anos com precário domínio da leitura e da escrita. Ressalta que a alfabetização necessita de processos sistematizados e intencionais, como já citados, para que se desenvolva a linguagem escrita.

Dessa forma, a análise da BNCC, especificamente no que se refere à alfabetização, ainda suscita muitas dúvidas. Vemos como avanço o esforço de garantir uma base de aprendizado comum, como determina a própria LDB 9.394/96. No entanto, é preciso que o desenvolvimento humano seja o norte dos processos de ensino-aprendizagem. Além disso, a sistematização do processo de alfabetização necessita ser definida como meio de garantir o sucesso do aluno.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa possibilitou reflexões importantes acerca da BNCC (2017) e do processo de alfabetização. A isso relacionado, foi possível discutir questões que envolvem o desenvolvimento humano e a própria função da escola. A articulação permitiu pensar aspectos do atual contexto e as mudanças que estão sendo propostas. Nesse sentido, olhamos a alfabetização com certa atenção.

A análise do documento deixa ainda muitas dúvidas, até mesmo por ele ainda estar em elaboração. Observamos que na BNCC (2017) tem muitos interesses, ainda que defenda a garantia de uma sociedade mais justa e democrática, parece comprometida com determinado modelo de organização social, cuja formação tem como foco o trabalho.

No que diz respeito ao Ensino Fundamental – anos iniciais, a BNCC (2017) prioriza a alfabetização nos dois primeiros anos, quando o aluno deve se apropriar do sistema de escrita alfabética, o que despertou nossa atenção. Sabemos das dificuldades vivenciadas pelos alunos e que nem sempre ocorre como esperado ou proposto no documento. Para que a alfabetização seja acelerada, é necessário comprometimento com a Educação Infantil, uma vez que, de acordo com as observações realizadas em vivências de estágios, a alfabetização é parte de um processo educativo iniciado muito antes.

Portanto, pensar no processo de alfabetização requer atenção, já que o mesmo envolve não apenas educandos e professores, mas toda uma estrutura educacional, que se modifica a cada nova proposta. Pensar em alfabetização, é pensar primeiro no processo de ensino-aprendizagem, levando em consideração o desenvolvimento humano, como ser social, cultural e pensante.

Parece-nos que as iniciativas da BNCC (2017) voltadas à alfabetização visam mais atender exigências diversas, mas que em nada consideram o desenvolvimento humano em sua relação com a aprendizagem. A pesquisa avança no destaque que dá à alfabetização na Base, mas suscita ainda muitas questões. Assim, o assunto está longe de ser esgotado aqui, mas estamos certos de que um passo importante para o momento foi dado.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC, Brasília, 2017, p.1-113.

COELHO, Sônia Maria. A alfabetização na perspectiva Histórico-Cultural. In\_\_\_\_\_ **Caderno de formação: formação de professores didática dos conteúdos /** Universidade Estadual Paulista. Pró-Reitoria de Graduação; Universidade Virtual do Estado de São Paulo. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. v. 2 ; p. 58-71.

SFORNI, Marta Sueli de Faria; GALLUCH, Maria Terezinha Bellanda. Conteúdos escolares e desenvolvimento humano. Qual a unidade? **COMUNICAÇÕES: Revista do Programa de pós-graduação da UNIMEP**. Piracicaba, v. ano 13. Nº2, nov. de 2006, p.150-158.

SFORNI, Marta Sueli de Faria. Um olhar para a alfabetização mediados por conceitos da teoria Histórico-Cultural. **Rev. Teoria e Prática da Educação**. Maringá, v. 19, n.3, p. 07-18, Setembro/Dezembro 2016

VIGOTSKI, Lev Semenovich. Interação entre aprendizado e desenvolvimento. In: \_\_\_\_\_. **A formação social da mente**. 6ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 103-119.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. O instrumento e o símbolo no desenvolvimento da criança. In: \_\_\_\_\_. **A formação social da mente**. 7ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 3-20.